



# MINISTÉRIO DAS CIDADES

TARDE

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2013

## 101 – AGENTE ADMINISTRATIVO (CLASSE A, PADRÃO I)

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

#### INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal: Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha. Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade da Prova terá a duração de **3 (três) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2 (duas) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva, que será o único documento válido para correção.
- O Candidato poderá levar o Caderno de Questões nos últimos **30 (trinta) minutos** que antecedem o término do horário estabelecido para o fim da Prova Objetiva.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

#### INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.

07/2013



CONCURSOS PÚBLICOS

Espaço reservado para anotação das respostas

### MINISTÉRIO DAS CIDADES – EDITAL Nº 01/2013

#### 101 – AGENTE ADMINISTRATIVO (CLASSE A, PADRÃO I) –(TARDE)



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **16 de julho de 2013**.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o texto abaixo, para responder às questões de 1 a 5.

### Autoritarismo benigno

**SÃO PAULO** – O título não esconde as intenções da autora: “Contra a Autonomia – Justificando o Paternalismo Coercitivo”. A obra da filósofa Sarah Conly, disponível só em inglês, bate de frente com o virtual consenso de que as escolhas das pessoas devem ser respeitadas. Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, não é um texto irremediavelmente autoritário. Embora Conly defenda a proibição do fumo, ela é simpática à legalização da maconha.

O ponto central da autora, que pretende refutar os argumentos libertários de John Stuart Mill, é o de que a psicologia reuniu uma catarata de evidências que provam que o ser humano é “intratavelmente irracional” e que isso não pode ser consertado por campanhas educativas.

Não é tanto que não saibamos o que queremos. A maioria de nós não tem dúvida de que deseja manter a saúde, guardar dinheiro para a aposentadoria etc.. A questão é que, devido a uma série de vieses cognitivos, fracassamos miseravelmente em seguir uma estratégia para chegar a esses fins. É só sob essas circunstâncias, diz Conly, que o paternalismo deve entrar para dar uma mãozinha.

Até aqui eu acompanho os raciocínios da autora. Ela não me convenceu, entretanto, de que o paternalismo coercitivo, isto é, imposto por meio de normas restritivas, é superior ao paternalismo libertário proposto por Richard Thaler e Cass Sunstein, em que o poder público tenta induzir o cidadão a fazer as melhores escolhas, sem, contudo, obrigá-lo a elas.

Minha impressão é que Conly não considerou como deveria o problema da informação incompleta que, em alguma medida, afeta todas as éticas consequencialistas. Nós simplesmente não temos como calcular o valor subjetivo que o fumante atribui a suas baforadas para proclamar que elas valem menos que a sua saúde.

O livro de Conly é bom e nos faz pensar, mas continuo com Mill: “Sobre si mesmo, o seu corpo e sua mente, o indivíduo é soberano”.

SCHWARTSMAN, H. *Folha de S. Paulo*,  
São Paulo, p. A2, 17 mar. 2013.

1. Considerando o texto como um todo, assinale a alternativa correta.

- (A) O autor menciona quatro ideias distintas sobre a questão do paternalismo: a de Conly, a de Thaler, a de Sunstein e a de Mill.
- (B) O autor traça um panorama de diferentes teses sobre a questão da autonomia do indivíduo, mas não se posiciona diante delas, visto tratar-se de um texto descritivo.
- (C) O autor do texto considera que, pelo fato de o ser humano ser intratavelmente irracional, seu comportamento não pode ser ajustado por campanhas educativas.
- (D) O autor revela, já no título do texto, seu ponto de vista totalmente favorável a respeito do paternalismo coercitivo.
- (E) O autor analisa diferentes ideias a respeito da questão da autonomia e do paternalismo, articulando-as a seu próprio ponto de vista sobre o assunto.

2. Considerando o 1º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho: “**bate de frente com o** virtual consenso”, a expressão destacada poderia ser substituída por “vai ao encontro do”, sem que isso prejudicasse a organização da frase ou o sentido original do texto.
- (B) O último período desse parágrafo (“Embora Conly [...]”) contrapõe-se ao penúltimo, de modo que poderia ser introduzido por um conectivo de oposição, como “no entanto” ou “entretanto”.
- (C) O trecho “**devem ser respeitadas as escolhas das pessoas**” poderia ser substituído por “**deve haver respeito as escolhas das pessoas**”, que não possui nenhum desvio às regras gramaticais e mantém o mesmo sentido do trecho original.
- (D) O trecho “ela é simpática à legalização da maconha” poderia ser substituído por “ela simpatiza com a legalização da maconha”, que não possui nenhum desvio às regras gramaticais e mantém o mesmo sentido do trecho original.
- (E) A conjunção “mas”, no início do 3º período, tem valor adversativo, portanto poderia ser substituída por “ainda que”, sem que fossem necessárias outras alterações para a manutenção do sentido e da correção gramatical da frase.

3. Considerando o 2º e o 3º parágrafos do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) No 2º parágrafo, a expressão “uma catarata de evidências” é exemplo de uso coloquial da linguagem, que, por esse motivo, não seria recomendado em textos norteados pela redação oficial.
- (B) No termo “**cognit**ivos”, há a ocorrência da chamada consoante muda, que também aparece, conforme a ortografia vigente, nas palavras “imp**re**gnado”, “**adv**ocacia”, “**p**neumonia” e “**deca**ptado”.
- (C) No início do 3º parágrafo, a expressão “saibamos” poderia ser substituída por “desconheçamos” sem que houvesse prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido original do texto.
- (D) No 3º parágrafo, são utilizadas as palavras “vieses” e “fins”, cujas formas singulares são grafadas corretamente como “vies” e “fim”.
- (E) Conforme a prescrição gramatical, o acento indicativo de crase seria opcional na expressão “devido a uma série”, mas proibido na expressão “para chegar a esses fins”.

4. Considerando os três últimos parágrafos do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta sobre o texto.

- (A) No 4º parágrafo há o trecho “**em que** o poder público tenta induzir o cidadão”, no qual a expressão destacada poderia ser substituída por “onde”, sem que houvesse prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido original do texto.
- (B) Analisando o contexto, percebe-se que os pronomes “suas” e “elas”, no final do 5º parágrafo, referem-se, respectivamente, aos termos “fumantes” e “éticas consequencialistas”.
- (C) No 5º parágrafo, na frase: “Nós **simplesmente** não temos como calcular o valor subjetivo”, o termo destacado poderia ser deslocado para antes de “nós” ou depois de “como”, sem que isso representasse prejuízo para o sentido original do trecho.
- (D) Se o termo “escolhas”, no final do 4º parágrafo, fosse passado para o singular, seria necessário passar apenas mais três termos da frase para o singular a fim de manter correta a concordância.
- (E) Na frase final do texto, caso se trocasse o termo “o indivíduo” por “eu”, a nova forma seria, conforme as regras gramaticais: “Sobre eu mesmo, meu corpo e minha mente, eu sou soberano.”.

5. Considerando as ideias do texto como um todo e a significação das palavras, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, não é um texto **irremediavelmente** autoritário.” (1º parágrafo), o termo destacado é sinônimo de “inofensivamente”.
- (B) Em “O ponto central da autora, que pretende **refutar** os argumentos libertários de John Stuart Mill (...)” (2º parágrafo), o termo destacado é sinônimo de “contestar”.
- (C) Em “(...) bate de frente com o **virtual** consenso de que as escolhas das pessoas devem ser respeitadas” (1º parágrafo), o termo destacado é sinônimo de “digital”.
- (D) Em “A questão é que, devido a uma série de **vieses** cognitivos (...)” (3º parágrafo), o termo destacado é sinônimo de “problemas”.
- (E) “Sobre si mesmo, o seu corpo e sua mente, o indivíduo é **soberano**” (6º parágrafo), o termo destacado é sinônimo de “soberbo”.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 6 a 10.

#### Sem ódio

Ao término de laboriosas pesquisas, mesas-redondas, simpósios, inquéritos e análises em laboratórios de psicologia, descobriu-se que os motoristas guiavam com ódio. Agora que isto ficou esclarecido, a solução, fácil e independente do Código Nacional de Trânsito, que por ser código não costuma ser cumprido, está na frase: GUIE SEM ÓDIO.

— Como é que eu vou fazer daqui por diante — bramia aquele agraciado com a grã-cruz da Ordem do Mérito dos Atropeladores da Guanabara e do Grande Rio —, se não sei guiar com outro aditivo?

Diversos motoristas, aspiran+tes ao mesmo galardão, cogitam de substituir o ódio, que está proibido, por sucedâneos mais ou menos eficazes, e verificam as propriedades estimulantes do rancor (esse ódio de segunda categoria), da aversão, da raiva, da antipatia generalizada. Mas a impressão comum é esta:

— Se ao menos recomendassem “Guie com pouco ódio”, a gente procurava manejar. Assim não dá.

Todo resultado científico pode ser contestado. Por isso, começam a aparecer os que negam validade aos estudos feitos. Garantem não nutrir ódio algum ao pedestre. Se acabam com este, não é por detestarem a espécie, que lhes é indiferente. Como também não odeiam os muros, paredes, árvores e postes que derrubam. É porque eles atravessam o caminho. Portanto, se alguma recomendação deve ser feita, a melhor seria esta, inclusive aos postes: FOGUE QUE ELE VEM LÁ.

Ouvi dizer que a Companhia Telefônica pensa em lançar uma variante, dirigida aos usuários que tiveram suas contas aumentadas com impulsos fantasmas: PAGUE SEM ÓDIO.

O filme não presta? Assista sem ódio. Bife de pedra no restaurante? Coma sem ódio. O livro é chatíssimo? Leia sem ódio. O conferencista dá sono? Durma sem ódio. Se tiver de brigar, brigue sem ódio. Se possível. Se de todo for impossível, odeie sem ódio, tá?

ANDRADE, Carlos Drummond de. "Sem ódio".  
In: **Os dias lindos**. Rio de Janeiro: Record,  
2008 (Adaptado).

6. Considerando o 1º parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na frase inicial do parágrafo, o termo "Ao término de" poderia ser substituído por "terminadas", sem que houvesse prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical.
- (B) "**Pesquisar**" e "**inquerir**" são as grafias corretas dos verbos derivados dos termos "pesquisas" e "inquéritos", que aparecem na frase inicial do parágrafo.
- (C) Pela organização sintática da frase, percebe-se que "**do Código Nacional de Trânsito**" é adjunto adnominal do termo "**solução**".
- (D) O termo "**isto**", no início do 2º período, refere-se ao termo "ódio", citado no final do período anterior.
- (E) No fragmento "que por ser **código** não costuma ser cumprido", o termo em destaque também poderia, de acordo com a prescrição gramatical, aparecer em letra maiúscula.

7. Considerando o 2º e o 3º parágrafos do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) No 3º parágrafo, é possível substituir "aspirantes ao mesmo galardão" por "que aspiram ao mesmo galardão", sem que isso represente prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical do texto.
- (B) No 3º parágrafo, as vírgulas que isolam a oração "que está proibido" são opcionais, portanto retirá-las não implicaria nenhuma alteração no sentido do parágrafo.
- (C) Se os termos destacados em "substituir **o ódio**" e "verificam **as propriedades estimulantes**" fossem substituídos por pronomes oblíquos átonos, teríamos, respectivamente, as formas "substituí-lo" e "verificam-as".
- (D) Se o termo "diversos motoristas", no início do 3º parágrafo, fosse substituído por "um motorista", seria necessário passar apenas mais dois termos desse parágrafo para o singular, a fim de manter correta a concordância.
- (E) Na expressão: "**bramia** aquele **agraciado**", no 2º parágrafo, os termos destacados significam, respectivamente, "clamava" e "agradecido".

8. Levando em consideração o 4º e o 5º parágrafos e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta sobre o texto.

- (A) No 4º parágrafo, a alteração do verbo "recomendassem" para "recomendam" exigiria também a troca do verbo "procurava" por "procuraria", para manter a correlação verbal.
- (B) Nos fragmentos: "'Guie **com pouco ódio**" e "Se acabam **com este**", os dois termos destacados expressam circunstância de modo.
- (C) Uma correta transposição de "todo resultado científico pode ser contestado" para o plural é "todos resultados científicos podem ser contestados".
- (D) No 5º parágrafo, os termos destacados em "Se acabam com **este**" e em "que **lhes** é indiferente" referem-se, respectivamente, a "pedestre" e a "os que negam validade aos estudos feitos".
- (E) No 5º parágrafo, o fragmento "não é por detestarem a espécie" poderia ser substituído por "não é por que detestam a espécie", que está gramaticalmente correto e não alteraria o sentido da frase.

9. Considerando os três últimos parágrafos e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta sobre o texto.

- (A) Na recomendação mencionada ao final do 5º parágrafo, se "foge" fosse flexionado no plural, assumiria a forma "fogem", considerando o valor morfológico que assume na frase.
- (B) Na recomendação mencionada ao final do 5º parágrafo, se "ele" fosse flexionado no plural, o verbo "vir" assumiria a forma "veem".
- (C) No 6º parágrafo, a substituição da forma verbal "tiveram" pela forma "tiverem" não representa prejuízo para o sentido nem para a correção gramatical.
- (D) No trecho: "dirigida aos usuários", a supressão do artigo "os" daria origem à forma "dirigida à usuários".
- (E) Os dois primeiros períodos do 7º parágrafo poderiam ser articulados, de modo a explicitar as relações de sentido entre eles presentes, como "Caso o filme não preste, assista sem ódio".

10. Considerando o texto como um todo, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto traz a opinião do autor sobre acontecimentos reais: as determinações acerca do trânsito e a reação de parte da população a elas.
- (B) O texto traz o relato de um acontecimento real – as determinações acerca do trânsito e as reações de parte da população a ela –, sem que haja inserção de opinião do autor.
- (C) O texto traz um relato ficcionalizado, com um tratamento irônico, acerca das determinações sobre o trânsito.
- (D) O texto é uma ficção predominantemente descritiva, já que se preocupa em descrever claramente as determinações acerca do trânsito.
- (E) O texto é predominantemente argumentativo, trazendo opiniões e argumentos do autor sobre o problema de trânsito no Brasil.

11. Quanto aos dispositivos (equipamentos) conectados a um computador com o sistema operacional Linux, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) A maioria dos dispositivos (equipamentos) conectados a um computador deve funcionar corretamente com o Linux, mas, para isso, precisam ter *drivers* de código aberto.
- ( ) *Drivers* de código aberto permitem aos desenvolvedores do Linux modificá-los e corrigir problemas existentes.
- ( ) Alguns equipamentos não têm *drivers* de código aberto, geralmente porque o fabricante não liberou detalhes sobre o equipamento, o que torna impossível criar o *driver* adequado, e esses dispositivos podem ter funcionalidade limitada ou podem não funcionar no Linux.
- ( ) Muitos computadores com Linux não necessitam de *drivers* proprietários, pois os *drivers* de código aberto suportam completamente o equipamento.

- (A) F/ V/ V/ V
- (B) F/ F/ F/ F
- (C) F/ F/ V/ F
- (D) V/ V/ F/ V
- (E) V/ V/ V/ V

12. Falhas acontecem, como quedas no fornecimento de energia e fechamento de arquivo por engano sem o salvar, de forma que se perde todo o trabalho na edição de textos no ambiente Microsoft Office Word 2013. Assinale a alternativa correta quanto às opções disponíveis para tentar resolver esse tipo de problema.

- (A) A opção “Salvamento automático” salva o arquivo apenas na memória RAM. Caso o computador seja reiniciado, será possível recuperar esse arquivo a partir do último salvamento.
- (B) É possível configurar a pasta de destino no qual o salvamento automático irá fazer o backup.
- (C) Para configurar o “Salvamento automático”, clique em Revisão > Salvar > Opções.
- (D) Não há opção que permita recuperar uma versão anterior de um arquivo.
- (E) A opção “Salvamento automático” salva o arquivo apenas nas nuvens.

13. Sobre o ambiente Microsoft Office Excel 2013, assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção de planilhas por senha exige uma criptografia moderna denominada WEP.
- (B) Não está mais disponível a opção de proteção de planilhas por senhas.
- (C) Códigos que protegem e desprotegem planilhas repetidas vezes podem ter um desempenho mais baixo na versão atual.
- (D) Para a proteção de planilhas por senha, não é usado mais um algoritmo de *hash*.
- (E) As pastas de trabalho protegidas por senhas são menos seguras do que nas versões anteriores.

14. Considerando processos e *threads* dos sistemas operacionais, correlacione as colunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

#### Coluna A

1. Vulnerabilidade.
2. *Phishing*.
3. *Spam*.
4. *Malware*.

#### Coluna B

- ( ) Podem ser criadas por configurações incorretas do computador ou de segurança.
- ( ) Consiste no envio de mensagens indesejadas, o que pode trazer sérios problemas de segurança, pois pode ser usado para transmitir cavalos de troia e outras pragas virtuais.
- ( ) Golpe *on-line* de falsificação que pode usar, por exemplo, o *e-mail* para fazer com que uma pessoa revele informações sigilosas, como o número do cartão de crédito do usuário.
- ( ) Categoria de código malicioso que inclui vírus, *worms* e cavalos de troia.

- (A) 1/ 2/ 3/ 4
- (B) 1/ 3/ 2/ 4
- (C) 2/ 3/ 4/ 1
- (D) 3/ 4/ 1/ 2
- (E) 4/ 1/ 2/ 3

15. Quanto aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos no sistema operacional Linux, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) O comando *mount* é utilizado somente para montar um sistema de arquivos, tornando-o disponível para as operações de E/S.
- ( ) A linha de comando “*sudo umount /dev/hda3*” desmontará o dispositivo */dev/hda3* se ele não estiver mais em uso.
- ( ) O comando *fdisk* gerencia, por meio de uma interface simples de texto, as partições de um disco.
- ( ) O comando *mkfs* formata um dispositivo (geralmente uma partição de disco), criando um novo sistema de arquivos.

- (A) F/ V/ V/ V
- (B) F/ F/ F/ F
- (C) F/ F/ V/ F
- (D) V/ V/ F/ V
- (E) V/ V/ V/ V

<p>16. Quanto ao <i>Google Chrome</i>, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Alguns vírus na Internet podem afetar o desempenho e até o funcionamento do <i>Google Chrome</i>.</p> <p>(B) O <i>Google Chrome</i> foi um navegador projetado para rodar apenas em processadores arquitetura Intel 8086.</p> <p>(C) O <i>Google Chrome</i> pode ser instalado em qualquer versão do <i>Linux</i>.</p> <p>(D) O <i>Google Chrome</i> pode ser instalado em qualquer versão do <i>Windows</i>.</p> <p>(E) O <i>Google Chrome</i> pode armazenar dados operando na memória do tipo EPROM.</p>	<p>20. Ana tem um par de sandálias, um par de botas e um par de tênis. Um dos pares é azul, o outro é marrom e o outro é verde, não necessariamente nessa ordem. Apenas uma das declarações abaixo é verdadeira.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O par de sandálias é azul.</li> <li>2. O par de botas não é azul.</li> <li>3. O par de tênis não é verde.</li> </ol> <p>Nessas condições, é correto afirmar que o par de sandálias, o par de botas e o par de tênis são, respectivamente,</p> <p>(A) azul, verde e marrom.  (B) azul, marrom e verde.  (C) verde, marrom e azul.  (D) verde, azul e marrom.  (E) marrom, verde e azul.</p>
<p>17. Em um edifício comercial de 5 andares trabalham Evandro, Elvis, Elias, Evaristo e Élcio. Sabe-se que Élcio não trabalha no 3º andar, Evandro trabalha abaixo de todos, Elias trabalha abaixo de Evaristo e este abaixo de Élcio. Elvis não trabalha no último andar. Logo, trabalham no 2º e 3º andares, respectivamente,</p> <p>(A) Elvis e Evaristo.  (B) Elvis e Elias.  (C) Evaristo e Elvis.  (D) Elias e Evaristo.  (E) Elias e Elvis.</p>	<p>21. Silvana, Luciana e Daniela são irmãs. Sabe-se que uma delas é aeromoça, a outra é bancária e a outra é engenheira. Sabem-se ainda as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Luciana ou Daniela trabalha como aeromoça, mas não as duas.</li> <li>II. Silvana ou Luciana trabalha como bancária, mas não as duas.</li> <li>III. Silvana trabalha como aeromoça ou Luciana trabalha como engenheira, mas não ocorrem as duas opções simultaneamente.</li> </ol> <p>Silvana, Luciana e Daniela trabalham, respectivamente, como</p> <p>(A) aeromoça, bancária e engenheira.  (B) bancária, aeromoça e engenheira.  (C) engenheira, bancária e aeromoça.  (D) engenheira, aeromoça e bancária.  (E) bancária, engenheira e aeromoça.</p>
<p>18. No esquema abaixo, observe que há uma relação entre as duas primeiras palavras.</p> <p style="text-align: center;">DEFERÊNCIA – ATENÇÃO :: ANUIR – ?</p> <p>A mesma relação deve existir entre a terceira palavra e a quarta, que está faltando. Assinale a alternativa que apresenta a quarta palavra.</p> <p>(A) PROIBIR  (B) OMITIR  (C) DESPDIR  (D) CONSENTIR  (E) BALBUCIAR</p>	<p>22. Cada uma das colegas – Rose, Marta e Patrícia – tem um único irmão: Jonas, Daniel e Vítor, não necessariamente nessa ordem. Questionadas sobre os nomes de seus irmãos, as três fizeram as seguintes afirmações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Patrícia: “Marta é irmã de Jonas”.</li> <li>2. Rose: “Patrícia não está falando a verdade, pois o irmão de Marta é Vítor”.</li> <li>3. Marta: “Patrícia e Rose mentiram, pois meu irmão é o Daniel”.</li> </ol> <p>Sabe-se que a irmã de Vítor mentiu e que a irmã de Jonas falou a verdade. Portanto os irmãos de Rose, Marta e Patrícia são, respectivamente:</p> <p>(A) Jonas, Vítor e Daniel.  (B) Jonas, Daniel e Vítor.  (C) Daniel, Vítor e Jonas.  (D) Vítor, Jonas e Daniel.  (E) Vítor, Daniel e Jonas.</p>
<p>19. A palavra LUGAR está para 12217118 assim como a palavra COZINHA está para</p> <p>(A) 3142691381.  (B) 3152695281.  (C) 3152691481.  (D) 3142694381.  (E) 3152692481.</p>	

23. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- (B) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, integra-se na vida particular de cada servidor público. No entanto, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não terão o condão de crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional, sob pena de violação à sua privacidade e intimidade.
- (C) Toda pessoa tem o direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana, quanto mais a de uma Nação.
- (D) Deixar o servidor qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- (E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

24. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
- (B) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- (C) Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- (D) Dispensa-se a motivação dos atos administrativos quando decorram de reexame de ofício.
- (E) Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

25. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, suas autarquias e fundações públicas federais, analise as assertivas abaixo.

- I. São requisitos básicos para investidura em cargo público: a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; e aptidão física e mental.
- II. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservados até 30% das vagas oferecidas no concurso.
- III. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- IV. São formas de provimento de cargo público, entre outras: nomeação, promoção, readaptação e reversão.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

26. A respeito dos direitos e vantagens dos servidores públicos civis e de acordo com a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo ou em comissão, excluídas as vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias.
- (B) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (C) O servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata esta lei, e saídas antecipadas, sendo vedada compensação de horário.
- (D) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de trinta dias para quitar o débito.
- (E) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, a não ser na hipótese de débito para com a própria Administração Pública.

27. Segundo a Lei nº 8.429/1992, que trata da Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- I. estão também sujeitos às penalidades dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- II. se reputa agente público, para os efeitos dessa Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo 1º dessa lei.
- III. se considera lesão ao patrimônio público quando há ação ou omissão dolosa de agente ou de terceiro, que enseje dano ao erário público, não se discutindo, nesse caso, responsabilidade quando a conduta for culposa.
- IV. quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado, a qual recairá sobre, no máximo, 50% dos bens, a fim de não privar o agente da integralidade de seu patrimônio, em preservação do mínimo necessário.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

28. A respeito do processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo administrativo inicia-se somente de ofício.
- (B) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (C) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, sendo que a intimação observará a antecedência mínima de dez dias quanto à data de comparecimento e deverá ser feita, necessariamente, por via postal.
- (D) É vedado à Administração Pública atuar de ofício na prática de atos de instrução destinados a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão, sendo indispensável requerimento da parte interessada.
- (E) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até noventa dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

29. "Significa a transferência de poderes de decisão em matérias específicas a entes dotados de personalidade jurídica própria". Esta é a definição de

- (A) avocação.
- (B) centralização.
- (C) descentralização.
- (D) delegação.
- (E) desconcentração.

30. A respeito da administração indireta é correto afirmar que

- (A) as autarquias, entes da administração indireta, são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e a maioria das fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) a responsabilidade civil das autarquias por danos causados a terceiros é subjetiva, ou seja, depende da comprovação do dolo ou culpa.
- (D) podem ser arroladas, entre as empresas públicas de âmbito federal, o Banco do Brasil e a Petrobras.
- (E) as sociedades de economia mista, por associarem capital público e privado, não podem explorar atividade econômica.

31. "É o ato administrativo editado por superior hierárquico com a finalidade de fixar diretrizes aos subordinados no tocante ao modo de realização de serviços ou atividades". Assim pode ser definido(a) o(a)

- (A) instrução.
- (B) circular.
- (C) portaria.
- (D) ordem de serviço.
- (E) despacho.

32. A nomeação de alguém para cargo de direção ou chefia consiste em ato administrativo representativo do Poder

- (A) Vinculado.
- (B) Discricionário.
- (C) Regulamentar.
- (D) Hierárquico.
- (E) Normativo.

33. No direito brasileiro, firmou-se o entendimento de que são dois os principais meios de desfazer um ato administrativo: a anulação e a revogação. Sobre esse assunto, analise as assertivas abaixo.

- I. A anulação ocorre por razões de ilegalidade, enquanto a revogação se baseia em motivos de mérito e, portanto, à conveniência e oportunidade.
- II. A anulação é o desfazimento do ato administrativo efetuado pela própria Administração, enquanto a revogação consiste na supressão do ato administrativo ou pela própria Administração ou determinada pelo Poder Judiciário.
- III. A anulação, em regra, elimina o ato administrativo com efeitos *ex tunc*, ou seja, com efeitos pretéritos, e a revogação produz efeitos *ex nunc*, ou seja, efeitos futuros.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

34. Em termos de responsabilidade civil do Estado, analise as assertivas abaixo.

- I. A regra é de que prescreve em dez anos a ação de reparação de danos referentes à responsabilidade civil do poder público e das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- II. Força maior e caso fortuito não consistem excludentes da responsabilidade civil do Estado, em razão da aplicação da Teoria do Risco Integral.
- III. Na Teoria do Risco, ante as inúmeras e variadas atividades da Administração, existe a probabilidade de danos serem causados a particulares. Desse modo, se, em princípio, todos se beneficiam das atividades administrativas, todos devem compartilhar do ressarcimento dos danos causados a alguns, razão pela qual se atribui ao Estado o encargo de ressarcir os danos que seus agentes, nessa qualidade, por ação ou omissão, causarem a terceiros.
- IV. Aplica-se, hoje, na maioria dos ordenamentos, a responsabilidade objetiva do Estado, por meio da qual se deixa de lado o questionamento do dolo ou da culpa do agente, sendo necessário apenas demonstrar existir relação de causa e efeito entre a ação ou a omissão administrativa e o dano sofrido pela vítima.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

35. Segundo a Constituição Federal, são alguns dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:

- (A) independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos e não intervenção.
- (B) soberania; cidadania; pluralismo político e defesa da paz.
- (C) solução pacífica dos conflitos; igualdade entre os Estados; dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) construção de uma sociedade livre, justa e solidária; erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais; repúdio ao terrorismo e racismo.
- (E) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político.

36. Sobre os direitos e garantias fundamentais apontados na Constituição Federal, especialmente no tocante ao direito de reunião e associação, é correto afirmar que

- I. todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exigindo-se prévio aviso e autorização da autoridade competente.
- II. a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo lícita a interferência estatal em seu funcionamento.
- III. as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- IV. ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo na hipótese das categorias profissionais.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) IV, apenas.

37. Com relação à Organização do Estado e de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- (B) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: desapropriação; águas; energia; informática; telecomunicações e radiodifusão.
- (D) Compete privativamente à União legislar sobre comércio exterior e interestadual e diretrizes da política nacional de transportes.
- (E) Compete à União decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

38. A respeito dos Estados Federados, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) cabe aos Estados explorar diretamente, vedada a concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, permitindo-se a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (B) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) se incluem entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- (D) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado no Senado Federal e, atingido o número de vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais e Senadores acima de doze.
- (E) perderá o mandato o Governador de Estado que assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, inclusive a posse em virtude de concurso público.

39. A respeito do Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a alternativa correta.

- (A) Auxilia a Câmara dos Deputados no controle interno quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- (B) As decisões do TCU, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo.
- (C) O Tribunal de Contas da União é integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- (D) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados entre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta anos de idade e com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados na Constituição Federal.
- (E) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos metade pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo dois alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público e da Magistratura, indicados em lista tríplice pelo tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

40. Sobre os Orçamentos, segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual, salvo se destinadas a recursos para obras sociais.
- (C) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de leis orçamentárias, mesmo após iniciada a votação na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- (E) É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual, desde que voltados ao desenvolvimento social e à educação.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. O Ciclo Orçamentário constitui-se de etapas que devem ser seguidas. Assinale a alternativa que apresenta **todas** as suas etapas na ordem correta.

- (A) Elaboração da proposta orçamentária, execução e conclusão.
- (B) Apreciação da proposta orçamentária, aprovação, publicação e execução.
- (C) Sanção, publicação, execução, avaliação e conclusão.
- (D) Elaboração da proposta orçamentária, apreciação e aprovação, execução e avaliação.
- (E) Elaboração da proposta orçamentária, avaliação e aprovação, execução e conclusão.

42. Sobre os princípios orçamentários, analise as assertivas abaixo.

- I. Segundo o princípio da Unidade, todas as receitas devem ir para conta única do Tesouro Nacional, operacionalizada pelo Banco do Brasil.
- II. O princípio da Universalidade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser elaborada por cada estado, município, pelo Distrito Federal e pela União.
- III. O princípio do Equilíbrio Orçamentário estabelece que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.
- IV. Segundo o princípio da não afetação das receitas, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159 da CF/1988, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

43. A Constituição Federal de 1988 trata, a partir do artigo 165, dos Orçamentos. Sobre o assunto, é correto afirmar que

- (A) a lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, bem como para as receitas de capital.
- (B) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (C) é permitido o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.
- (D) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Executivo e da Defensoria Pública, serão entregues até o dia 30 de cada mês.
- (E) os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

44. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, é correto afirmar que

- (A) integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (B) integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, exceto os destinados a benefícios e assistência aos servidores.
- (C) o resultado negativo, apurado após a constituição ou reversão de reservas, poderá constituir obrigação do Banco Central do Brasil para com o Tesouro e será consignado em dotação especial no orçamento.
- (D) o impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente, nos termos em que dispuser o Plano Plurianual.
- (E) a reestimativa de receita por parte do Poder Executivo só será admitida se comprovada a necessidade de despesas correntes ou omissão de ordem técnica ou legal.

45. Com relação à revogação e à anulação relativas à Licitação, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) A revogação é a invalidação da licitação por interesse público.
  - ( ) A decisão de anulação da licitação deve ser justificada, sendo dispensada a justificativa no caso de revogação.
  - ( ) A anulação da licitação, por basear-se em ilegalidade no seu procedimento, pode ser feita em qualquer fase e a qualquer tempo, antes da assinatura do contrato, desde que a Administração ou o Judiciário verifique e aponte a infringência à lei ou ao edital.
  - ( ) A revogação da licitação opera efeitos *ex tunc*, não sujeitando o Poder Público à indenização do adjudicatário.
- (A) V/ V/ F/ V
  - (B) F/ V/ V/ F
  - (C) V/ F/ V/ F
  - (D) F/ F/ F/ V
  - (E) V/ F/ F/ V

46. Com relação às modalidades e aos tipos de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
- (B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico ou científico, observada a necessária qualificação.
- (C) Convite é o tipo de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- (D) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- (E) Concurso é o tipo de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

47. Sobre a dispensa de licitação, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É dispensável quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (B) Dispensa-se a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (C) É dispensável para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Dispensa-se a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- (E) É dispensável na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

48. Com relação à licitação, analise as assertivas abaixo.

- I. É o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse.
- II. Como procedimento, desenvolve-se por meio de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes.
- III. Tem como pressuposto a competição.
- IV. Tem como finalidade, entre outras, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

49. Acerca dos princípios que regem a licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) A vinculação ao edital é princípio basilar de toda licitação, obstando à Administração de interpretá-lo, definindo-se como um princípio absoluto.
- (B) O princípio do julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas, visando a afastar o discricionarismo na escolha destas.
- (C) A adjudicação compulsória ao vencedor não impede que a Administração, concluído o procedimento licitatório, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor. Este princípio permite, ainda, a abertura de nova licitação enquanto válida a adjudicação anterior.
- (D) A igualdade entre os licitantes é princípio desimpeditivo da discriminação entre os participantes do certame. O desatendimento deste princípio constitui desvio de finalidade.
- (E) O julgamento das propostas deverá obedecer ao princípio da publicidade dos atos da licitação, ou seja, deverá ser sempre em ato público.

50. Sobre as peculiaridades dos contratos administrativos, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) As cláusulas exorbitantes podem consignar as mais diversas prerrogativas, no interesse do serviço público, como, por exemplo, a ocupação do domínio público.
  - ( ) A rescisão unilateral do contrato ocorrida por inadimplência do contratado não exige justa causa.
  - ( ) A exceção de contrato não cumprido se aplica, em princípio, aos contratos administrativos quando a falta é da Administração.
- (A) V/ V/ V
  - (B) F/ V/ F
  - (C) F/ V/ V
  - (D) V/ V/ F
  - (E) V/ F/ F

51. Sobre a microfilmagem de documentos oficiais, é correto afirmar que

- (A) os documentos microfilmados deverão ser sempre eliminados por incineração, processo que assegura a sua desintegração.
- (B) os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, sendo permitida sua saída a critério da autoridade competente.
- (C) por medida de segurança, deverão excepcionalmente ser microfilmados documentos ainda não arquivados, independentemente de autorização por autoridade competente.
- (D) é indispensável o reconhecimento da firma da autoridade que autenticar os documentos oficiais arquivados, para efeito de microfilmagem, e os traslados e certidões originais de microfimes.
- (E) a eliminação ou transferência para outro local dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio pela autoridade competente.

52. Com relação aos arquivos públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.
- (B) Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
- (C) Os documentos de valor corrente são inalienáveis e imprescritíveis.
- (D) Arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
- (E) A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

53. Com relação à gestão de documentos, analise as assertivas abaixo.

- I. Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal.
- II. A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.
- III. É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio exclusivo à administração.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e II, apenas.

54. Com relação à execução dos contratos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- (B) O contratado poderá manter preposto no local da obra ou serviço para representá-lo na execução do contrato.
- (C) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- (D) O contratado, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
- (E) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

55. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial,

- (A) na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- (B) na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.
- (C) para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.
- (D) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- (E) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

56. Com relação aos negócios administrativos, constituem motivo para rescisão do contrato

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- II. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- III. razões de interesse público, de qualquer relevância e amplitude de conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
- IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

É correto o que está contido em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

57. Sobre a rescisão do contrato, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de rescisão administrativa ou amigável não é necessário preceder de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- (B) A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta, entre outras consequências, assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
- (C) A rescisão judicial, em respeito ao princípio do interesse público, tem como uma de suas consequências a execução da garantia contratual, para ressarcimento obrigatório da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.
- (D) É vedado à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.
- (E) Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado, a critério da autoridade competente, por igual tempo.

58. A inexecução do contrato administrativo propicia sua rescisão e pode acarretar, para o inadimplente, consequências de ordem civil e administrativa, inclusive sanções como

- (A) suspensão permanente de contratar com a Administração, nos casos de dolo ou infração grave.
- (B) interrupção do contrato, no caso de falta culposa.
- (C) declaração de inidoneidade.
- (D) declaração de incapacidade contratual.
- (E) inclusão do contratado no rol de inadimplentes.

59. Com relação ao orçamento público, analise as assertivas abaixo.

- I. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- II. É vedada a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- III. É permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

60. A revisão do contrato pode ocorrer por interesse da própria Administração ou pela superveniência de fatos novos que tornem inexecutável o ajuste inicial. Sobre o assunto, analise as assertivas abaixo.

- I. A revisão do contrato por interesse da Administração surge quando esta exige a alteração do projeto ou dos processos técnicos de sua execução, com aumento dos encargos ajustados.
- II. Pode ocorrer a revisão do contrato por superveniência de fatos novos que tornem inexecutável o ajuste inicial, quando sobrevêm atos do governo ou fatos materiais imprevistos e imprevisíveis pelas partes que dificultam ou agravam, de modo excepcional, o prosseguimento e a conclusão do objeto do contrato, que impõem uma recomposição dos preços ajustados.
- III. A recomposição dos preços por fatos supervenientes é admitida por aditamento ao contrato, desde que a Administração reconheça e indique a justa causa ensejadora da revisão do ajuste inicial.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.